

A dinâmica dos altos poderes na Capitania do Maranhão (1655-1730)

Tatiane Amorim Vasconcelos*

Resumo: O trabalho apresentado consiste em apontamentos preliminares provenientes do projeto de pesquisa “Nas Malhas da Governação. Administração capitania e governo-geral no Estado do Brasil, 1677-1735”, orientado pela Prof^a Dra. Maria de Fátima S. Gouvêa. Seu objetivo inicial é a análise documental da administração colonial da capitania do Maranhão no período de 1655 à 1750 do Arquivo Histórico Ultramarino, produzida pelos cargos de secretário de governo de capitania, mestre-de-campo e ouvidor. Frente ao primeiro contato com a base documental, percebemos conflitos jurisdicionais entre essas instâncias de alto poder e interação destes cargos com poderes de outros espaços da América Portuguesa, como as capitanias da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro, regiões essas também contempladas pelo projeto.

Palavras chaves: jurisdição, Maranhão, política

Abstract: The presented work consists of preliminary notes proceeding from the project of research “In the Meshes of the Government. Capitanship administration and government-general in the State of Brazil, 1677- 1735”, guided for the Prof^a Dra. Maria of Fátima S. Gouvêa. Its initial objective is the documentary analysis of the colonial administration of the captainship of the Maranhão in the period of 1655 to the 1750 of the Overseas Historical Archive, produced for the positions of secretary of government of captainship, master-of-field and listener. Front to the first contact with the base documentary, we perceive jurisdictional conflicts between these instances of high being able and interaction of these positions with being able of other spaces of Portuguese America, as the captainships of the Bahia, Pernambuco, Minas Gerais and Rio De Janeiro, regions these also contemplated by the project.

Key words: colonial administration, Maranhão, politics

O referido trabalho tem como objetivo analisar os conflitos de jurisdição existentes na capitania do Maranhão na virada do século XVII para o XVIII, atentando para a possível formação de uma rede de reciprocidade de interesses dentro e fora dos limites da capitania. Tal

*Aluna de graduação em História, na Universidade Federal Fluminense e Bolsista de Iniciação Científica da UFF no projeto: *Nas Malhas da Governação (II). Administração capitania e governo-geral do Estado do Brasil, 1677-1735*. Sob a orientação da Professora Doutora Maria de Fátima Silva Gouvêa.

pesquisa ganha uma importância maior na medida em que torna possível relacionar a realidade das relações estudadas no Maranhão com outras paralelas. A partir dessas associações e cruzamentos de informações entre capitânicas como a do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco, nosso projeto busca formular um quadro teórico mais próximo da realidade jurisdicional deste período da América Portuguesa. Através dos cargos de secretário de governo de capitania, mestre-de-campo e ouvidor, procurarei mostrar a dinâmica política administrativa maranhense, a partir das suas atribuições, funções e conflitos de jurisdição.

Ouvidor:

Encontramos na política administrativa maranhense dois tipos de ouvidores: o geral e o capitânico. O primeiro era o principal responsável pelo poder judiciário do estado do Maranhão. Era quem fiscalizava o comércio e os cargos administrativos (governador, oficiais das câmaras, eclesiásticos, capitão-mor, ouvidores capitânicos...) e sentenciava os crimes em nome do rei¹. O segundo participava das tomadas de decisão do governo e da segurança da capitania, além de sempre ter que comunicar ao rei os eleitos, os impedimentos e as ausências referentes aos capitães-mores (donatários). A partir de 1640, passam a atuar em conjunto com a câmara da capitania para determinar os candidatos para o posto de capitão-mor. Quando o ouvidor-geral não estava presente, era ele quem sentenciava os crimes de sua capitania².

Para vermos como esse cargo agia na realidade administrativa, darei o exemplo da administração de um ouvidor. Vicente Ripado (ouvidor geral da capitania do Maranhão de 1715 à 1721) manteve uma relação extremamente delicada com praticamente todas as instâncias de poder da capitania enquanto esteve exercendo o cargo de ouvidor geral. Em um único mês, junho de 1720, foram emitidas cartas da câmara da cidade de São Luís³, do vigário-geral e juiz dos resíduos⁴, do bispo do Maranhão⁵ e do governador e capitão-general do Maranhão contrárias a jurisdição do dito ouvidor⁶. Os motivos das reclamações são variados de acordo com o autor. Frente à grande quantidade de reclames feitos contra a figura do ouvidor, podemos supor que este oficial passou a atuar de um a maneira muito incômoda em uma rede de interesses já existentes

¹ Cf. Arquivo Nacional (Brasil). Ficaís e meirinhos: a administração no Brasil colonial. Coordenação de Graça Salgado. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pp. 201-203 e pp. 251-254.

² Idem pp. 147-149 e pp. 259-261.

³ AHU_ACL_CU_009, Cx. 12, D. 1242

⁴ AHU_ACL_CU_009, Cx. 12, D. 1244

⁵ AHU_ACL_CU_009, Cx. 12, D. 1249

⁶ AHU_ACL_CU_009, Cx. 12, D. 1265

antes de sua chegada. Digo isso porque em um primeiro momento, parece que todos aqueles que estavam descontentes com a atuação do ouvidor resolveram, ao mesmo tempo, reclamar ao Conselho Ultramarino, como se desta forma fosse garantida a legitimidade das acusações feitas contra tal oficial. Entretanto, mesmo tendo sido apresentadas várias denúncias sobre a atuação do ouvidor ao Conselho Ultramarino, lhe foi concedida a mercê de poder acumular sozinho os cargos de ouvidor geral e provedor mor da fazenda. Tal acumulação pode ser explicada pelo fato de haver dificuldade por parte do Estado Português de encontrar pessoas suficientemente habilitadas para ocupar os cargos da máquina estatal colonial. A jurisdição de Vicente Ripado nos ajuda a perceber como funciona a articulação de uma rede de interesses feridos contra uma instância do poder que parece não ir de encontro a tais interesses defendidos por essa rede.

Mestre de Campo:

Frente as constantes ameaças estrangeiras sobre a América Portuguesa, sempre existiu uma grande preocupação por parte do Estado Português em proteger os seus domínios coloniais. As áreas de fronteira sempre foram as mais vulneráveis da colônia portuguesa por serem de difícil acesso e vigilância do estado. A capitania do Maranhão, por ser de difícil acesso terrestre, estava exposta a constantes investidas estrangeiras, principalmente francesas. Devido a grande densidade indígena na região, era comum serem feitas alianças entre alguns grupos indígenas e os invasores franceses que aqui chegavam. Dessa maneira era adquirida a confiança dos nativos e frente a qualquer investida portuguesa contra os franceses, esses indígenas lutavam ao lado destes. A prática de realizar alianças entre europeus e nativos, era muito comum nos primeiros momentos de investidas em um território desconhecido, já que eram esses os maiores conhecedores da região e dos seus recursos. O mesmo ocorria com os portugueses que chegavam no território maranhense, já que estes também faziam alianças com grupos indígenas, principalmente com aqueles que fossem inimigos dos indígenas aliados dos franceses. Sendo assim, podemos perceber que o índio teve um papel de relevante importância na dinâmica política administrativa maranhense, na medida em que sem a sua participação, a permanência dos europeus na colônia seria muito mais difícil.

Tendo como base essa realidade, analisei o caso do mestre de campo índio principal Araio João Magu de Deus (atuou de 1739 à 1741). Ele explicita bem o papel estratégico que o índio teve na capitania maranhense e em todo Estado do Maranhão e Grão Pará. Em outubro de 1739 o

governador e capitão-general do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco, escreveu uma carta ao rei D. João V onde relatava “sobre os distúrbios que os índios Aranhi têm provocado nos distritos da ribeira da Parnaíba. Assim pediu ao mestre de campo João Magu de Deus, índio principal Araio, que tentasse a paz com os índios Aranhi. Tendo conseguido bons resultados, pede ao rei que conceda uma mercê ao dito índio⁷”. Dois anos depois desta carta ter sido enviada ao rei, o Conselho Ultramarino responde com um consulta sobre o serviço do dito mestre de campo⁸.

Secretário de Governo de Capitania:

O cargo de secretário de governo de capitania era um dos mais estratégicos do período colonial. Podem ser considerados os verdadeiros agentes de poder e conhecimento da coroa e dos grupos interessados no bom andamento da administração portuguesa e em praças mercantis, na medida em que eles confeccionavam listas de todos os envolvidos na governança capitania. Era dele a responsabilidade de emitir todos os despachos de natureza administrativa e mercantil.

Entretanto, na capitania do Maranhão, parece que a importância estratégica deste cargo não estava tão evidenciada como deveria. A documentação produzida pelos secretários maranhenses é ínfima quando comparada à produzida por secretários de outras capitanias. Teoricamente o secretário de governo de capitania é um dos oficiais da governança que mais produz documentação durante sua jurisdição, já que a todo instante deve remeter à coroa a prestação de contas de tudo o que foi realizado e decidido no período em que atuou no cargo. Bom exemplo da pouca produtividade dos secretários de governo da capitania do Maranhão é o caso de João Antônio Freire (atuou de 1727 à 1732). Em 1728 o governador do Estado do Maranhão, Alexandre de Souza Freire, mandou uma carta para o rei D. João V onde relatava “sobre a dificuldade de expedir os papéis e cartas pertencentes ao serviço de Sua Majestade, devido ao volume desses docs., e, em especial, quando o secretário tem falta de capacidade para o desempenho de suas funções.⁹”

⁷ AHU_ACL_CU_009, Cx. 25, D. 2604

⁸ AHU_ACL_CU_009, Cx. 26, D. 2691

⁹ AHU_ACL_CU_009, Cx. 16, D. 1703

Fontes

Arquivo Nacional (Brasil). *Ficais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Coordenação de Graça Salgado. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília, Edições do Sendo Federal, 2004.

Projeto resgate, Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos da capitania do Maranhão.

Referencias Bibliográficas

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, Rio de Janeiro, Contra-Capa, 2000.

COSTA, Wagner Cabral (org). *História do Maranhão: Novos Estudos*. São Luís, Edufma, 2004.

CUNHA, Malfada Soares da e MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. “Governadores e Capitães-mores do Império Atlântico Português nos séculos XVII e XVIII”. In: *Optma Pars. Elites Ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa, ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

ELIAS, Nobert. *A sociedade de corte*. Editora Jorge Zahar.

ELLIOTT, J. H. “A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII”. In: BETHEL, Leslie. (org). *História da América Latina: América Latina Colonial*. vol 1. São Paulo, EDUSP, 1997.

FRAGOSO, João. “Potentados Coloniais e circuitos Imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no setecentos”. In: *Optma Pars. Elites Ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa, ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima e BICALHO, Maria Fernanda B. (org). *O Antigo Regime nos Trópicos. A Dinâmica Imperial Portuguesa (século XVI- XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

GOUVÊA, Maria de Fátima S., “André Cusaco: o Irlandês ‘Intempestivo’, Fiel Súdito de S. M. – Trajetórias Administrativas e Redes Governativas no Império Português, ca. 1660-1700”. In: SANTOS, Georgina (org.), *Retratos do Império*. Niterói, Eduff, 2006.

_____. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (orgs). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa. (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

_____. “Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c.1680-1730)”. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no império português – séculos XVI a XIX*. São Paulo, Alameda, 2005.

_____. *Conexões Imperiais: oficiais régios e redes governativas no Brasil e Angola, 1645-1777*. Projeto de pesquisa apresentado ao CNPq, no âmbito do Programa de Produtividade em Pesquisa, em abril de 2003.

_____. & SANTOS, Marília dos Santos, “Cultura política na dinâmica das redes imperiais portuguesas, séculos XVI-XVII”. In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (org.s), *Cultura Política na História: Pesquisa e Ensino*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *A Época Colonial: do descobrimento à expansão colonial*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993.

_____. *A Época Colonial: administração, economia, sociedade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993.

MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão*. São Luís, DASP – Serviço de Documentação, 1960.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1997.

REVEL, Jacques (org). *Jogos de escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

SAHLINS, Marshall. *História e Cultura: Apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo, Ed. UNESP, 2005.

XAVIER, Ângelo Barreto e HESPANHA, Antonio Manuel. “A representação da sociedade e o poder”. In: *A arquitetura dos Poderes*.